

8º Fórum Internacional de Esportes

Esporte e lazer nos espaços urbanos

27 a 30 de Maio de 2009.

Florianópolis, Santa Catarina /Brasil

RELATÓRIO – DEBATE DO TEMA PRINCIPAL

“Esporte e lazer nos espaços urbanos”

30 de maio de 2009

1. Texto Norteador

A coordenação do evento propôs um texto básico visando nortear as discussões a cerca do tema “esporte e lazer nos espaços urbanos”, tema central do 8º Fórum Internacional de Esportes. O texto foi encaminhado via e-mail a todos os convidados e foi publicado no site oficial do evento www.unesporte.org.br/forum, onde também todos os interessados tiveram acesso ao mesmo. O texto consistiu do seguinte:

“Onde está o espaço? No esporte e no lazer!

As relações históricas entre o tempo, o espaço e as atividades do homem estabeleceram dimensões sociais que estruturaram o nosso modelo de vida. Os desafios do ser humano quanto ao seu modelo de vida, suas necessidades, desejos, obrigações, cultura, ocupação e condições geográficas, estabeleceram relações de poder, de desenvolvimento e as tendências. Logo, tudo isso condicionado a algum tipo de espaço, seja físico, espacial ou virtual.

Dentre os objetivos do tema proposto para o evento, cabe ressaltar da necessidade de pensar estrategicamente, urbanisticamente, de planejar, organizar, dirigir, controlar e desenvolver o esporte, o lazer e os espaços para sua prática. Deve-se ter e “fazer uso” de espaços esportivos e de lazer, que sejam estruturas básicas, originais, específicas ou flexíveis, adaptadas, multiusos, simples ou complexas, tecnológicas, funcionais ou contemplativas, mas inteligentes e acessíveis, que ofereçam portabilidade e ocupação, humanização e ambiência, com o mínimo possível de

restrição e acessível a todos. Que sejam sustentáveis condicionadas ao presente e ao futuro e prezem pela qualidade de vida.

Os problemas encontrados geralmente estão relacionados às necessidades e disposições, ao que se tem e que se pode ter, ao ideal e ao real adaptado, quanto ao tempo, dinheiro, sem falar nos demais recursos e as competências. O interessante é que geralmente, em específico, no Brasil temos uma série de restrições, em virtude das variáveis citadas acima. Porém, também se verifica que existem casos de sucesso e que com propostas bem trabalhadas, obtiveram sucesso.

Com o desenrolar do assunto, cabe salientar dos objetivos e problemas já destacados e frisar a respeito do desempenho e as resultantes deste assunto que são demonstrados pela combinação técnica e social de tais componentes.

A educação, formação, atividade e conjuntura cotidiana desencadearam formas organizacionais e sociais na qual temos acesso. Envolvendo esta razão, tem-se a gestão biológica, social, formal ou informal, mas acima de tudo orgânica, pois esta se ajusta ao longo dos tempos e de acordo com o ambiente, que deve ter a competência, atribuição e responsabilidade da ação. A gestão é uma forma, um modelo, uma técnica social ou institucional/organizacional para gerir o meio. É uma grande plataforma, formada por conhecimentos com ênfase na evolução histórica, com modelos (tipos e formas do passado, as atuais e as tendências), com funções estratégicas, operacionais e com ferramentas de gestão associadas a outras áreas do conhecimento.

Assim, estabelece-se ao esporte, ao lazer e aos espaços, em específico ao urbano as interações das áreas. É imprescindível a integração entre as partes em função das interferências. Salvaguardando ou respaldando os encaminhamentos do que se pode denominar de gestão social, faz-se uma leitura mais ampla das discussões e se convergem à legislação, sendo ordenadora das ações sociais.

Para que se possam desenvolver as ações do cotidiano há a necessidade de se fazer uso dos instrumentos de gestão e dentre eles o planejamento e uma Política Pública, sendo estes processos construtivos e resultantes para um plano de Estado e não de governo. Destacam-se alguns dos mecanismos, dentre os quais, um plano de governo, um planejamento estratégico e um plano diretor fundamentados pelo estatuto das cidades e outros instrumentos pertinentes.

São ações como estas que geram contribuição para uma determinada cultura, relacionando e contrastando todos os atores envolvidos direta e indiretamente. É essa combinação que gera o conhecimento, produzido com muita especialidade no esporte, que é um terreno fértil para buscar respostas a uma grande gama de problemas enfrentados pela sociedade.

Para avançar existe necessidade de mais formação e capacitação de equipes interdisciplinares e multidisciplinares com vasto conhecimento teórico e prático da causa, impulsionando processos empreendedores e inovadores.

Ajustando o foco de reflexão ao tema há muito por fazer em relação ao esporte, ao lazer e os espaços urbanos, sem desconsiderar as demais tipologias. Que seja pelo ócio, mas que seja otimizado os recursos dispostos e alocados, ofertando, compondo ou gerando fatores mercadológicos, econômicos e ambientais e que estes estejam dentro de princípios de desenvolvimento sustentável.

Se assim for, haverá o desenvolvimento de novos cenários sociais”.

2. Relação dos participantes

Estiveram presentes nesta discussão diversas autoridades e estudiosos nacionais e internacionais, representantes de diferentes segmentos dentre elas: Lamartine Pereira da Costa (Universidade Gama Filho/RJ), Álvaro de Miranda (University of East London/Eng), Jorge Steinhilber (Presidente Conselho Federal de Educação Física - CONFEF), Lúcio Rogério dos Santos (Conselheiro CONFEF), Eloir Edilson Simm (Gerente Executivo Unidade de Cultura, Esporte e Lazer SESI Nacional), Marino Tessari (Presidente Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC), Elisabete Laurindo (Conselheira CREF 3/SC e Diretora Técnica da Fundação Municipal de Esporte – FME de Itajaí/SC), Jair José da Silva (Serviço Social do Comercio – SESC SC), Edegilson de Souza (Diretor de planejamento Prefeitura Municipal de Itajaí/SC), Adalir Pecos Borsatti (presidente Unesporte/SC), Alexandro Andrade (diretor do Centro de Ciência da Saúde e do Esporte da Universidade do Estado de Santa Catarina - CEFID/UDESC), Edith Dias de Carvalho (Secretária de Esportes de Maringá/PR), Vanessa Lins Francalacci (Conselheira CREF 3/SC e coordenadora do Curso de Educação Física e Esportes da Universidade do sul de Santa Catarina - UNISUL), Élson Campos Ferreira

(Conselheiro do Conselho Estadual de Esporte – CED/SC), João Kiyoshi Otuki (vice presidente Unesporte/SC), Jorge Luiz do Nascimento (Presidente FME Joinville/SC), José Luiz Menegaldi (Secretaria de Esportes de Maringá/PR), Luis Carlos Chioderolli (Secretaria de Esportes de Maringá/PR), Sérgio Galdino (Presidente FME Blumenau/SC), João Alfredo Freitas Gomes (Dirigente da FME de São José/SC e Conselheiro Unesporte), Karine Festugatto (FME Jaraguá do Sul/SC), Sandro Bernardoni (Presidente FME Balneário Camboriú/SC), Renato da Silva Rothbarth (Itajaí/SC), Ivonete Medeiros Marcondes de Matos (Florianópolis/SC), Silvio Weiss (CEFID/UDESC). Coordenaram os trabalhos os senhores Gean Carlos Fermino (Professor de Gestão do Esporte - UNISUL/SC) e Leila Cristiane Machado (Analista Técnica em Gestão do Esporte da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - SOL/SC).

3. As discussões

Os participantes do debate apresentaram reflexões que estão sintetizadas abaixo:

a) O tema é pertinente e atual e os agentes envolvidos devem buscar intercâmbio de conhecimento no Brasil e em outros países de forma a proporcionar importante troca de experiências no sentido de preservar os espaços urbanos existentes para a prática do esporte e lazer. Bons exemplos devem ser observados como modelo, sendo: San Francisco e Londres, que fazem de seus parques o ponto alto da cidade, com gestão que visa integrar o a comunidade.

b) Envidar esforços na busca de informações através de pesquisas e monitoramento de seus resultados, além de transpor as fronteiras do conhecimento é de fundamental importância para a preservação dos espaços urbanos para a prática do esporte e lazer. Para tal, a aproximação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, ex. engenharia, arquitetura, meio ambiente, tornam um planejamento mais eficiente e uma cidade mais humana.

c) A carta de Atenas, publicada em 1933, oriunda de um movimento de arquitetos e urbanistas que prega a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo, no lugar do caráter e da densidade das cidades tradicionais, uma cidade-jardim, na qual os edifícios se localizam em áreas verdes pouco densas.

d) Segundo dados fornecidos pelo professor Lamartine Pereira da Costa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a partir de 1971, abordou o tema de esporte e lazer nos espaços urbanos em termos de planejamento governamental, visando entender o desenvolvimento urbano, sendo a primeira tentativa de intervenção. Neste ano foi publicado o “diagnóstico da educação física e esporte no Brasil”, o qual elegeu o espaço urbano como referência para a coleta de dados e respectivas interpretações. A partir deste marco histórico, podem-se identificar mais duas ondas de ênfase do espaço urbano e suas relações com práticas físicas e de lazer. A segunda onda ocorreu nos anos de 1980 quando a campanha “Esporte para Todos” processou o espaço urbano como uma das bases para a organização de atividades físicas nas comunidades em todo o país. Já a terceira onda ocorreu nos anos 2000, principalmente com o projeto “Atlas do Esporte no Brasil” que se baseou na metodologia especial como meio de levantamento de dados. Nesta mesma década, passou-se a sofrer as influências da possibilidade da realização de megaeventos esportivos, onde já foram realizados os Jogos Panamericanos em 2006, evento de menor proporção a se comparar com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 – propondo real abordagem da regeneração urbana de cidades brasileiras como reflexo de novas construções esportivas originárias das grandes competições internacionais.

e) Neste contexto, o ser humano, principalmente nesta última década, passou a buscar de uma forma mais efetiva a melhoria da qualidade de vida. A relação entre o lazer, o trabalho e estilo de vida saudável é um ponto que deve estar sempre como tema central das discussões que permeiam os tempos modernos. Cada vez mais o ritmo acelerado de trabalho, está privando o ser humano do seu tempo livre para a prática do esporte, do lazer e da atividade física.

f) Há necessidade premente das entidades organizadas, profissionais e comunidade em geral defender os espaços públicos existentes, buscando realizar um levantamento dos terrenos públicos existentes que sejam potencial para a prática esportiva e de lazer, de forma a garantir que estes espaços não sejam destinados a outros fins que não o da prática do esporte e lazer.

g) Foi levantado a necessidade dos profissionais de educação física se engajarem em movimentos que discutam o plano diretor das cidades, objetivando garantir os espaços para a prática do esporte e lazer. É preciso pensar as cidades para 2050. O que será reservado para a prática do esporte e lazer para uma população que cresce em números exponenciais. O profissional também deve participar da elaboração do plano de governo, do planejamento estratégico, bem como do planejamento plurianual, destacando questões de construções e manutenção dos parques, praças e equipamentos esportivos e de lazer principalmente na estrutura municipal. É necessário promover discussões públicas no sentido de orientar os envolvidos no processo, sejam eles entes públicos ou privados ou a população em geral sobre a importância da boa ocupação dos espaços. Neste sentido, o envolvimento político é fundamental. Foi abordado também a questão dos espaços para a prática da educação física e do esporte nas escolas, tanto públicas quanto privadas. É necessário que os profissionais do esporte fiquem atentos a estas discussões e que auxiliem na preservação destes espaços.

h) A sociedade precisa ser conscientizada sobre a necessidade da ocupação dos espaços de forma ordenada e planejada respeitando as questões culturais de cada região e preservação do meio ambiente. Há necessidade de valorização das associações comunitárias buscando cada vez mais a participação da população nesta importante questão social.

i) Destacou-se ainda durante as discussões a necessidade de ampliar a valorização e avançar para a modernização do esporte, destacando que se deve abrir espaço para os esportes não olímpicos. O poder público deve cumprir o seu papel, mantendo profissionais para a gestão destes equipamentos esportivos e de lazer, incluindo a

capacitação continuada no sentido de modernizar a gestão dos empreendimentos esportivos. Foi evidenciado a importância de projetos como as academias comunitárias, porém fica a preocupação com a ausência de profissionais habilitados de forma permanente para atender a população usuária destes equipamentos.

j) Ao final das discussões, foi sugerido pelos pares o encaminhamento do documento do 8º Fórum Internacional de Esportes às intuições de ensino superior que abrigam cursos de Educação Física, aos profissionais de educação física e de outras áreas do conhecimento, aos conselhos estaduais/municipais de educação, de saúde, Ministérios do Esporte e das Cidades, Congresso Nacional, Senado Federal, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais de Vereadores, Federação das Associações dos Municípios dentre outras entidades envolvidas. Também foi proposto a apresentação de requerimento para a Câmara Federal e o Senado da República, visando a realização de seminário nacional para discutir o esporte e lazer nos espaços urbanos.

l) Foi unânime a manifestação dos participantes deste debate em relação à importância da promoção e realização de eventos desta magnitude (Fórum) onde se busca a integração entre o meio acadêmico e o seu conhecimento gerado com a sociedade em geral, aproximando as suas necessidades e encaminhamento de soluções.

4. Principais ações a serem implementadas

1. Defender (proteger, fiscalizar e reservar) os espaços esportivos e de lazer existentes;
2. Fazer um levantamento dos terrenos públicos e privados em potencial para a prática esportiva e de lazer;
3. Planejar os espaços, levando em consideração o maior número de dimensões e de cenários possíveis para o futuro;
4. Dar atenção especial para a ocupação sustentada dos espaços;
5. Observar a referência dos espaços esportivos e de lazer nos planos de governo, estratégicos e diretores, bem como seus desdobramentos em outros mecanismos governamentais, como nos orçamentos institucionais (plano plurianual, lei de

diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, dentre outros). Neste composto, deve-se atentar para necessidade de ter quadro de profissionais efetivos capacitados nas estruturas públicas para execução das ações, e ainda dar atenção para a manutenção destas estruturas. Neste sentido, o foco não deverá ser somente o de construir, mas também se preocupar com a gestão. Quando necessário, observar também a inclusão nos planos da aquisição de espaços pelos órgãos públicos e/ou privados para esta finalidade;

6. Recomendar equipes multidisciplinares para projetos desta natureza, dentre outras, destacando a participação dos profissionais de educação física e esporte;

7. Propor ações de formação técnica e continuada a respeito da área e produção científica;

8. Definir campanhas e ações sociais e políticas integradas, quando institucionalizadas, supra partidárias, dos profissionais de educação física e esporte;

9. Viabilizar contatos estratégicos e discussões técnicas para as esferas governamentais, entidades políticas e de classe, dentre as quais, conselhos, sindicatos patronais, profissionais e representativos, empresas, dentre outros com o objetivo de gerar documentos, tratados e encaminhamentos legais pertinentes ao assunto, como um projeto governamental federal. A participação efetiva dos profissionais neste processo deve ser um posicionamento determinante do segmento em todo o processo.

Equipe de redação:

Adalir Pecos Borsatti

Gean Carlos Fermino

Leila Machado

Michele de Souza

Florianópolis, maio de 2009.